

**ENTRE A UTOPIA E A REALIDADE: TENSÕES E CONFLITOS ENTRE O PT E
VÍTOR BUAIZ (1995-1998)**

CANÍCIO SCHERER

Mestre em História pela UFES

VALTER PIRES PEREIRA

Doutor em História e Professor do PPGHis/UFES

RESUMO

Aborda os conflitos entre grupos diferentes no interior do Partido dos Trabalhadores, revelando visões distintas sobre a melhor estratégia para o partido chegar ao poder e construir o socialismo petista. Evidencia as conseqüências destes atritos na experiência administrativa do PT no governo do Espírito Santo entre 1995 e 1998. Destaca dois fatores determinantes, dentre outros, para a crise e o rompimento entre o PT e o governador Vítor Buaiz: a luta interna entre as tendências pela hegemonia e, atrelada a esta primeira questão, as críticas às políticas, adotadas por Vítor Buaiz, consideradas neoliberais.

Palavras-chave: Poder, tendências, hegemonia.

ABSTRACT

It talks about the conflicts among the different groups inside de Labors Party, revealing distinct visions on the best strategy to reach the power and build the socialist vein of the party. It evidences the consequences of these disagreements on the administrative experience of the Labor Party in the government of Espírito Santo state within 1995 and 1998. It shows two decisive factors, among others, to the crisis and the the breaking up between LP and former governor Vítor Buaiz.: the internal fight between the tendencies for the hegemony and, with this first issue, the critics of the policies, adopted by Vítor Buaiz, considered neoliberal.

Key-words: Power, tendencies, hegemony.

1 Introdução

O tema – o PT no Espírito Santo e sua relação com o governador Vítor Buaiz – pode ser justificado a partir de dois motivos básicos: o primeiro se deve ao nosso interesse, enquanto estudante de história política, em entender não só o Partido dos Trabalhadores e sua variada clivagem ideológica, com suas tensões e conflitos internos, mas também pelas dificuldades enfrentadas no curso do próprio mandato (1995-1998).

Estamos nos referindo às constantes tensões e conflitos entre o Governador e o seu partido, culminando com seu desligamento antes mesmo do final do seu mandato. Neste sentido, sentimo-nos instigados a estudar as motivações ideológicas e político-administrativas em conformidade com as circunstâncias conjunturais, uma vez que são notórias, históricas e públicas as divergências e crises entre as lideranças das diferentes tendências e blocos ideológicos que compõem o PT, desde a sua origem.

O estudo sobre o PT no Espírito Santo e sua experiência no governo do Estado nos indica, entre outras coisas, até que ponto e como os conflitos internos podem prejudicar e até mesmo comprometer a oportunidade de governar efetivamente, e deste modo, exercitar o seu tão propalado socialismo democrático ou mesmo revelar as principais dificuldades e desafios para este fim.

Dentre as tensões destacamos os atritos entre Vítor Buaiz e as tendências de esquerda, observados desde 1989-1992, período no qual Vítor foi prefeito em Vitória. Estes atritos aconteceram, especialmente com a Articulação do B ou Opção de Esquerda, que nunca viu com bons olhos a presença de pessoas ligadas ao PSDB, por exemplo. Aliás, estas tensões entre as tendências e o prefeito não foram privilégio do PT espiritosantense. Tensões e conflitos houve igualmente em outras administrações petistas como Fortaleza, Campinas, São Paulo e Porto Alegre, entre outras.

Nota-se que Vítor e a tendência Articulação do A ou Unidade na Luta se mostraram mais abertos a alianças “para fora”, portanto mais moderados, enquanto que a Opção de Esquerda e os outros grupos afins tendem “para dentro”, isto é, no campo da esquerda. Esta perspectiva e/ou distinção permitem visualizar e compreender os motivos fundantes do fracasso do governo do PT, no Espírito Santo.

1.1 O PT e as tendências

Qualquer observador ou pesquisador percebe com facilidade que, desde a sua fundação, o PT se caracteriza por um verdadeiro guarda-chuva de grupos ideológicos afins, cada um enxergando o partido com objetivos distintos ou como uma simples e única estratégia para a conquista do poder. A variada dispersão ideológica tornou-se uma das suas características mais marcantes. No entanto, revela-se difícil a tarefa de administrar as constantes tensões ideológicas internas, como a manutenção da unidade em vista do objetivo maior: a conquista do poder.

Apesar de a estrutura partidária ser comum à de outros partidos socialistas da Europa e da China, o PT procurou se diferenciar, tanto destes referenciais, quanto de outros partidos de esquerda no Brasil. Seus fundadores classificam os partidos socialistas na URSS e na China como partidos excessivamente burocráticos, reivindicando ser diferente. Realmente, tendo sido um dos pontos focais de dissensão contra o centralismo e repressão do regime militar, o PT defende, como uma de suas prioridades, a prática da democracia interna, promovendo uma intensa discussão sobre o modo de se construir o socialismo.

A marca principal desta característica democrática e participativa é a possibilidade ou a permissão para a constituição das tendências, agrupamentos de militantes com posições ideológicas divergentes, mas que devem se submeter ao Estatuto e às resoluções políticas do partido. O problema é que os confrontos ideológicos intra-partidários, não raro, resultaram na expulsão de tendências ou grupos e no desligamento de quadros importantes, como aconteceu no Espírito Santo. Não é difícil perceber que o PT, já no nascedouro, se apresenta heterogêneo, vivendo numa constante tensão dialética.¹

Desde sua fundação, os textos oficiais e resoluções do partido exprimem a existência de confrontos entre as várias definições ideológicas, como assinala Azevedo (1995:9): “[...] são o resultado da disputa política e do embate ideológico internos, a síntese das idéias e das posições em confronto, a ‘média’ que pode ser entendida como as idéias e as posições do conjunto da agremiação[...]”

Toda esta configuração de idéias deu ao PT um caráter pluralista e reforçará a sua variada clivagem partidária, como uma das suas marcas registradas. A diversidade de idéias que compõe o partido convencionou-se chamar de *Tendências*, que cresceram tanto a ponto de terem que ser regulamentadas pelo partido, cujo processo finalizou-se em abril de 1990. Nas Resoluções de Encontros e Congressos (1998:360/61), lê-se:

“A Tendência interna caracteriza-se por submeter-se ao programa e às resoluções do PT, por reconhecê-lo explicitamente como partido estratégico na construção do socialismo e por diferenciar-se nas propostas alternativas ou complementares relacionadas com aspectos parciais, da estrutura ou do funcionamento do partido”.

As diferentes tendências internas são prerrogativa para existência do próprio partido, ou seja, sem as tendências não há PT, assim como, sem o PT, as diferentes tendências se resumiriam a um aglomerado de pequenos grupos ou partidos de esquerda.

Apesar dos intensos debates internos, cada vez mais prevalece a concepção gramsciana² da guerra de posições, como via possível para a ascensão ao poder, conforme explica Coutinho (1992:167). Para isso, a via legal ou eleitoral/parlamentar é importante, bem como, alianças estratégicas com outros grupos e partidos. Esta questão também foi abordada por Lênin (1975), quando criticou o radicalismo dos comunistas alemães.

No entanto, apesar das tensões, o PT sempre se apresentou à sociedade como um partido que se articula a partir da prática democrática interna. Vale lembrar, que uma das características pelas quais o PT é conhecido, é a de se constituir como espaço de discussão democrática, guardado, é claro, o devido respeito às regras estabelecidas para a permanência e representação de cada grupo, em seu interior.

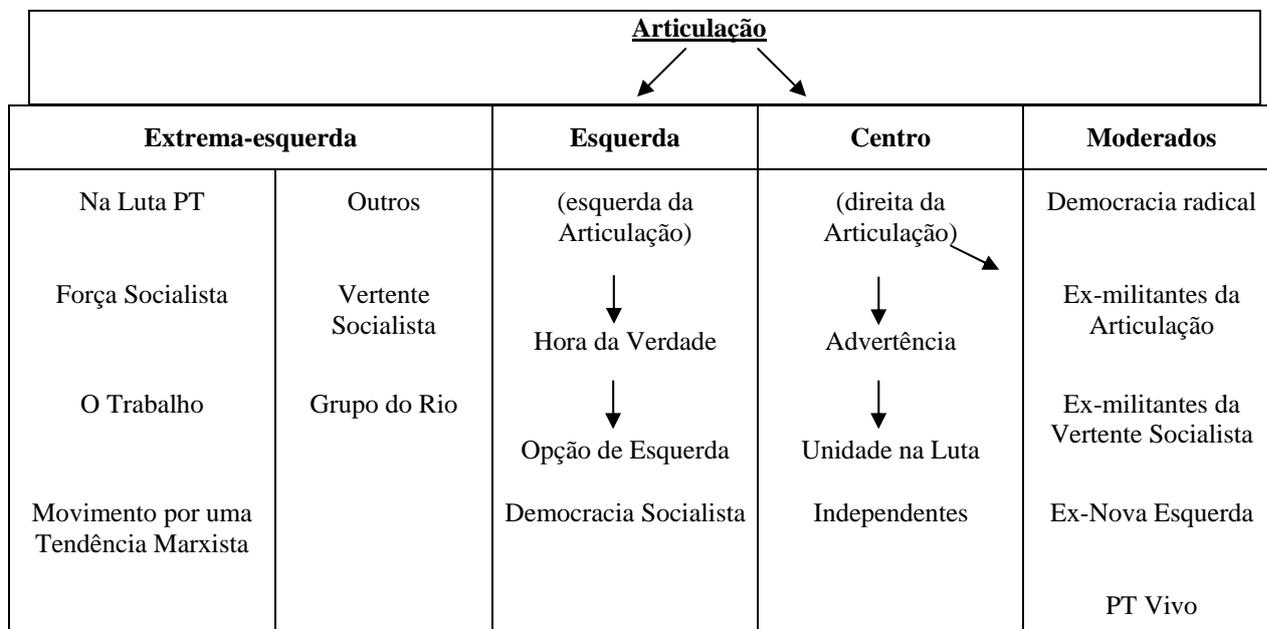
Ao longo dos anos de 1980, a Articulação no PT capixaba já se apresentava politicamente dividida em dois setores, que se distanciaram a partir da luta social no campo: um em torno

dos trabalhadores rurais sem terra e outro formado por sindicalistas rurais. Os petistas eram unidos apenas nas questões mais imediatas e no objetivo partidário maior. Porém, as estratégias, sobre como alcançar este objetivo, que é a conquista do poder, constituíam o núcleo de divergências constantes.³

Apesar de aparentemente sufocar, a Articulação disfarçou diferenças ideológicas entre seus afiliados enquanto pôde, o que levou à divisão da tendência em dois blocos em 1987: a Articulação do A e a Articulação do B, posteriormente denominadas de Unidade na Luta e Opção de Esquerda, respectivamente. Enquanto Vítor, Rogério Medeiros, Juca Alves e Perly Cipriano, entre outros, se agrupavam na Unidade na Luta, Coser, José Baiôco, Cláudio Vereza e Magno Pires da Silva, entre outros, associaram-se na Articulação do B. O Espírito Santo foi o primeiro estado no Brasil a ver esta divisão dentro da Articulação.

Após a regulamentação das tendências, em abril de 1990, e dos desdobramentos políticos, tanto na conjuntura nacional, quanto na internacional, ocorreu um *rearranjo* nos blocos e uma reconfiguração de forças dentro do partido.

O quadro abaixo nos dá uma idéia mais aproximada de como estava a distribuição de forças dentro do partido, de como era a *cara* do PT na época das eleições de 1994 e nos anos seguintes, período em questão no presente estudo, especialmente no Espírito Santo.⁴



Quadro 1 - As tendências internas do PT.

A partir deste quadro fica mais fácil perceber que a distribuição das forças dentro do partido tornou-se mais heterogênea do que já era, revelando um grau maior ainda de disputas internas, provocando alianças em todos os sentidos, ora mais à esquerda, ora mais à direita, de acordo com os interesses, não mais havendo a chapa da ART e a chapa dos outros blocos minoritários nos momentos de definição de rumos, como nos primeiros anos do PT.

Estas articulações e acordos ficaram mais evidentes em vista das eleições presidenciais de 1994, pela necessidade que Lula tinha de tornar seu discurso menos radical, mais palatável ao eleitorado conservador e possibilitar outras alianças julgadas necessárias.

O bloco da extrema-esquerda e da esquerda, com poucas diferenças de postura, defende a necessidade do desenvolvimento de uma alternativa revolucionária de enfrentamento do liberal-reformismo, enfatizando a importância de se responder às demandas da luta de classes, em oposição ao capital, para levar os trabalhadores ao poder, aliando lutas institucionais, reforma e revolução, acúmulo de forças e ruptura. Aceita alianças à esquerda, com restrições. Seu discurso continua autoritário, claramente leninista, dando margem a dúvidas sobre o processo de transição ou ruptura da institucionalidade.

Durante a gestão de Vitor na Prefeitura as diferenças e divergências já foram bastante sintomáticas, mas contornadas ou minimizadas pela boa aceitação de seu governo. Os grupos mais à esquerda, no interior do partido, criticavam constantemente a administração de Vítor, como por exemplo, a presença de pessoas próximas ao prefeito integrando a administração, ligadas ou filiadas ao PSDB, na mesma medida em que procuravam conquistar mais espaço. As tensões evidenciaram-se por completo, principalmente a partir da exoneração de Terezinha Cravo, da Articulação do B.

A Unidade na Luta propunha-se um perfil mais moderado e a propensão a articular-se para fora do partido, enquanto a Opção de Esquerda apresentava a propensão a articular-se para dentro do campo de esquerda. Assim, em diversas situações recebeu o apoio de tendências menores como a moderada Democracia Radical e a Força Socialista (marxista-leninista), à qual pertence a deputada Brice Bragato, dando vantagem a este grupo nas eleições internas, especialmente em julho de 1997, durante a eleição do novo Diretório Regional, ocasião na qual a Articulação do A (Unidade na Luta) perdeu a hegemonia interna para a Articulação do B (Opção de Esquerda).

1.2 O PT, o governador, as tensões e os conflitos

Como não podia deixar de ser, os atritos entre as tendências, mormente entre os grupos da antiga Articulação, já se manifestaram no mandato do PT, na capital capixaba.

O momento mais visível e tenso destas divergências se deu na prévia do partido que indicou o candidato à sucessão de Vítor à prefeitura. O seu candidato foi derrotado por João Carlos Coser, da Opção de Esquerda, coligado com a Força Socialista e a Democracia Radical, especialmente, tendências mais de esquerda que, como vimos acima, já tinham conflitos com Vítor na prefeitura. O prefeito não apoiou a candidatura de João Coser.

Já Vítor justifica sua atitude de não apoiá-lo, por que mesmo antes da campanha, o seu grupo sempre criticou o seu governo, com os quatro vereadores do partido, fazendo-lhe oposição sistemática na Câmara Municipal. Durante a campanha estas críticas teriam continuado. Além disso, alegou falta de sintonia e de continuidade da sua gestão e as propostas de Coser.

O resultado destes embates foi um partido dividido até o fim da campanha, quando o candidato do PT foi derrotado por Paulo Hartung, do PSDB, inclusive com o apoio, não oficial, de Vítor Buaiz.

Apesar da aparente vantagem inicial, Vítor Buaiz não conseguiu ser eleito, em primeiro turno, para o governo do estado. O deputado estadual, Cabo Camata, teve uma surpreendente votação levando o pleito para o segundo turno. Diante da real possibilidade de Vítor sofrer uma derrota indesejada no segundo turno, houve mobilizações em prol do apoio do recém eleito presidente, Fernando Henrique Cardoso, cujo encontro para este fim teria sido articulado por lideranças expressivas do PSDB regional, especialmente o prefeito de Vitória, Paulo Hartung e o senador, José Ignácio Ferreira.

Esta busca de apoio foi considerada extremamente decisiva e necessária por Rogério Medeiros, seu assessor mais próximo e influente, e pelo próprio candidato a governador. Segundo eles, esta atitude se justificou diante do momento delicado e da possibilidade de um retrocesso político de conseqüências imprevisíveis, como a possibilidade do crime organizado se instalar no governo do estado com a eleição de Cabo Camata, com a qual nem todas as lideranças concordaram.

Eleito governador, após um segundo turno tenso, Vítor tratou de montar a sua equipe de governo, sendo a maior parte das secretarias de Estado preenchida com pessoas da Unidade na

Luta ou próximas ao governador, incluindo Ricardo dos Santos, do PSDB, na Secretaria de Fazenda, substituído, já no primeiro ano de mandato, por Rogério Medeiros.

Além das nomeações políticas de cunho pessoal, Otaviano de Carvalho (Democracia Socialista), como Secretário de Comunicação e Magno Pires (Opção de Esquerda), como Secretário de Planejamento e Gestão Estratégica eram os únicos integrantes do primeiro escalão que não pertenciam à tendência majoritária de Vítor (Unidade na Luta). Robson Neves, da Democracia Radical, Chefe de Gabinete e depois Secretário da Educação, tornou-se aliado de primeira hora do governador, optando por fazer parte também da Unidade na Luta.

Outras lideranças petistas, ligadas à Unidade na Luta fizeram parte do gabinete de Vítor, como Perly Cipriano, Secretário de Cidadania e Justiça, Pedro Benevenuto Júnior, Secretário de Saúde e Fernando A. B. Bettarello, Secretário de Transportes.

Quanto à Assembléia Legislativa, dentre os 30 deputados que compõem a casa, apenas quatro eram do PT, a saber: Cláudio Vereza, José Baiôco, Brice Bragato e Juca Alves. Portanto, estava assim configurada a Assembléia Legislativa do Espírito Santo, em janeiro de 1995:

PT, PDT, PMDB, PSDB e PPB	4 deputados cada
PTB e PSB	3 deputados cada
PFL	2 deputados
PL e PMN	1 deputado cada
Total	30 deputados

Quadro 1
Os partidos e sua representação na Assembléia Legislativa em 1995

A coligação, PT e PSB, elegeu apenas sete deputados (O PC do B não conseguiu eleger nenhum deputado). Percebe-se por este quadro, que o perfil ideológico heterogêneo dos seus deputados, sugeria a necessidade de alianças estratégicas com outros partidos, como o populista PDT, ou com outro mais ao centro, como o PSDB e o PMDB, por exemplo, para se conseguir a maioria necessária em vista da governabilidade. Já nos primeiros meses de governo, as divergências e tensões foram se configurando, a começar pela Assembléia Legislativa

Desde a prefeitura de Vitória (1989-1992), o tom do governo Vítor sempre tendeu para a moderação, prática assumida também no governo do estado, enquanto a bancada petista na Assembléia mostrava-se mais militante, de tom mais esquerdista. O único parlamentar que não se enquadrava neste perfil era Juca Alves (da Unidade na Luta), que se tornou porta-voz

do governador. Mesmo que quisesse apoiar o governo Vítor de forma mais ampla e consistente, os parlamentares da coligação original se viam em minoria.

As diferenças se tornaram mais significativas e problemáticas quando Vítor, em nome da governabilidade, fez alianças com a Assembléia, consideradas de direita pela bancada petista. Estas alianças, segundo a bancada, comprometeriam o programa de governo do PT. Este fato se comprovaria pelo apoio de Vítor à eleição de um candidato do PFL para a Comissão de Finanças, uma das mais importantes da casa. Este deputado teria apoiado Cabo Camata durante a campanha eleitoral, além de ter feito críticas duras à bancada petista. Assim, estava anunciada, desde o início do governo, a crise entre PT e Vítor.

As desconfianças entre Vítor e a bancada petista aumentaram a partir da escolha dos nomes do primeiro escalão, constituindo o assim chamado núcleo de governo. Quando fez nítida opção preferencial pelos petistas ligados à tendência Unidade na Luta, embora João Coser, da Opção de Esquerda, tenha sido também convidado, recusando, no entanto, o convite, conforme declarou.

Mais adiante as críticas aumentaram ainda mais pelo fato de Vítor ter declarado que não apoiaria o eventual candidato do partido à prefeitura de Vitória, Otaviano de Carvalho, afirmando que não seria oportuno, enquanto governador, entrar nesta discussão. No entanto, e contraditoriamente, declarou apoio ao candidato do PSDB, Luiz Paulo Velloso Lucas, no final de setembro, quando se aproximava a eleição. Esta decisão se justificaria pela necessidade de garantir a governabilidade, uma vez que o PSDB e o PFL haviam sido favoráveis às suas propostas de reconstrução do estado, enquanto a bancada do PT lhe fazia oposição sistemática. É notória e histórica esta dificuldade de o Executivo conseguir o apoio necessário na Assembléia.

Assim sendo, também é difícil que um partido que está no governo consiga aplicar o seu programa de governo sem concessões e ajustes. Por isso, as críticas mais ácidas das esquerdas do PT se referirem ao não cumprimento do programa de governo elaborado democraticamente por representantes de todas as tendências, como plataforma de um possível governo petista e base para discussão de qualquer aliança eleitoral.

Após o primeiro ano de mandato, quando teve que dar conta dos planejamentos e previsões orçamentárias do governo anterior, Vítor reuniu a sua equipe de governo, no início de 1996, no *Seminário de Planejamento Estratégico*, com o intuito de fazer uma radiografia do estado e redefinir ações que pudessem promover o equilíbrio financeiro do estado.

Dentre as ações definidas, uma foi especialmente criticada pela esquerda petista e pelos deputados do partido, que é a questão da revisão do Fundap. A ala esquerda sempre foi contrária a este tipo de incentivos fiscais, por favorecerem, segundo ela, somente algumas empresas privadas, sem retorno efetivo para a população. Segundo Rogério Medeiros, esta questão tinha que ser revista, uma vez que os incentivos dados às empresas fundapianas, pouco ou nada geravam ao caixa do estado. Todas as medidas discutidas neste seminário e implementadas não foram suficientes para equilibrar financeiramente o estado.

Como se já não bastassem as dificuldades enfrentadas pelo governador, o mercado internacional e a nova realidade da economia nacional pregaram uma peça no PT e no governo Vítor Buainza, agravando ainda mais a sua situação financeira. Durante a campanha eleitoral para a presidência da república, o PT havia apostado suas fichas no fracasso do Plano Real.

Baseado na realidade econômica pré-Real, o governo do PT projetou uma determinada taxa de inflação e, com as medidas implementadas, apostava no aumento da arrecadação. A partir desta perspectiva, aumentou o salário do funcionalismo em 25,34%, já em maio de 1995, logo no início de seu mandato, tentando demonstrar que veio para governar com e pelos trabalhadores. Resultado: o Plano Real promoveu um maior controle da inflação enquanto que a arrecadação no estado não aumentou, agravando com isso ainda mais a já caótica situação financeira. Em consequência deste fato, entre outros, o caixa do estado não deu conta, provocando atrasos no pagamento dos salários e, conseqüentemente, fazendo pipocar greves intermináveis, mais acentuadas na área da saúde e da educação e, por ironia do destino, geralmente comandadas por sindicalistas e lideranças petistas.

Esta mesma conjuntura, ditada pelo mercado internacional, agora também em pleno florescimento no país com a implementação das políticas neoliberais efetivadas pelo Plano Real, colocou o governo do ES literalmente contra a parede, na medida em que a rolagem das dívidas com a União, e novos financiamentos estavam condicionados à reestruturação e ajuste do estado, ao equilíbrio fiscal. E isso significava seguir o receituário implantado com o Plano Real.

Praticamente forçado pelas condições conjunturais, Vítor publicou no Diário Oficial do estado, no dia 09 de outubro de 1996, a lei N. 5.276, instituindo o *Programa de Desestatização, Reestruturação e Ajuste no Estado*. As medidas haviam sido aprovadas pela Assembléia Legislativa, com os votos contrários e muitas críticas da bancada petista, para a

qual estas medidas sacramentavam a submissão total do governo aos ditames da política neoliberal de Fernando Henrique Cardoso.

A mudança de rumos começou pela implantação do Conselho de Estado, com o intuito de romper com o isolamento ideológico-político-partidário e inserir o estado no processo de desenvolvimento nacional, conforme discurso do governador, publicado no anexo do D.O.E., do dia 09 de setembro de 1996. Vítor e sua assessoria entenderam que esta era a única alternativa para tirar o estado da crise em que se encontrava.

O programa previa, entre outras medidas, a diminuição da dívida pública, a reestruturação da administração pública, ou seja, a diminuição do quadro de pessoal e da folha de pagamentos, o aumento da arrecadação e a promoção de investimentos, além de estimular a livre concorrência. Neste sentido a esquerda petista tem razão: as medidas faziam parte do receituário neoliberal.

Por esta lei, o Poder Executivo também ficou autorizado a promover, por decreto, a desestatização e flexibilização das empresas em poder do estado. Dentre as principais medidas adotadas está a venda do restante das ações da Escelsa (3%), ainda em poder do estado; concessão da Rodovia do Sol à iniciativa privada; enxugamento da máquina administrativa mediante implantação do PDV (Plano de Demissão Voluntária); abertura do processo de privatização do Banestes.

Destacamos ainda um outro fator, não menos apimentado neste caldeirão de críticas e acusações: é a nomeação do deputado Gilson Gomes, do PPS, para a Secretaria de Segurança. Ele era acusado por petistas de manter ligação com grupos de extermínio no estado e de ter praticado atos de desrespeito aos direitos humanos. O que irritava ainda mais as lideranças petistas era que a reforma do secretariado não foi discutida e nem aceita pelo partido. Segundo nota emitida pela Executiva Nacional, o partido perdeu influência nos rumos da administração no ES, exigindo-se mudança de rumo, conforme noticiou *A Gazeta*, em 26 de março de 1997. No dia seguinte, Vítor afirmou que não acataria o ultimato e que manteria Gilson Gomes na sua função.

Neste clima de embate constante, a militância também se queixa de que o governador simplesmente não respeitou o “modo petista de governar”, ao não incluir e nem ouvir os Conselhos Populares, e fazer uma administração centralizadora, circunscrita apenas ao núcleo de governo, ocupado apenas por pessoas ligadas à Unidade na Luta.

Enfim, os depoimentos do próprio ex-governador e dos militantes revelam as dificuldades típicas dos partidos de inspiração socialista no trato das administrações públicas, mormente pela dificuldade de lidar com a burocracia estatal, pela resistência em dialogar com o mundo capitalista já globalizado e pela dificuldade de distinguir a instância partidária e sindical do governo, especialmente as tendências mais à esquerda, revelando a constante tensão e luta pela hegemonia, tema já refletido com muita propriedade por Gramsci (1982:3-23)⁵. Neste sentido, Vítor afirmou que “[...] *eles queriam que eu fosse governador do partido, que eu beneficiasse totalmente os sindicatos [...]*”.⁶

A esta altura dos acontecimentos, o divórcio entre o governador e o partido estava iminente; era uma questão de horas ou de dias.

1.3 Da crise ao rompimento

As tensões entre Vítor e o partido, já presentes na prefeitura, tornaram-se mais intensas e públicas durante o governo do estado; foram objeto de inúmeras reuniões e tentativas de acordo ou reconciliação por parte do Diretório Nacional.

As relações de Vítor com a Direção Nacional do PT também estavam abaladas, especialmente após a aprovação de uma Resolução, em agosto de 1996, expressando solidariedade ao funcionalismo e exigindo que ele re-avaliasse as medidas recentemente adotadas e que implicaram em centenas de demissões.

Diante do clima de animosidade entre a bancada petista e o governador, a Executiva Nacional tentou mediar o conflito, recomendando a criação de um conselho político-partidário para acompanhar o governo, mas que nunca funcionou, segundo a deputada Brice Bragato.

Após uma semana de intensa crise interna, recheada por críticas ásperas de ambos os lados e que culminou com a saída de Rogério Medeiros do partido, no início de dezembro de 1996, a Direção Nacional conseguiu uma trégua entre o partido e o governador. Um alto dirigente nacional, Cláudio Vacarezza veio investigar o vazamento de informações de uma reunião, realizada no dia 25 de novembro de 1996, entre a alta cúpula nacional do partido, o governador Vítor Buaiz e as principais lideranças petistas do estado, com o objetivo de

discutir a crise do partido no ES e a gestão de Vítor Buaiz. O vazamento de informações⁷ desta reunião para a imprensa foi o motivo da crise supra citada.

Em certo sentido, era necessária e urgente uma solução para a crise no PT capixaba, tendo em vista a necessidade de o partido caminhar unido para as discussões em torno de um programa de governo e das possíveis alianças em vista da eleição presidencial de 1998. Os dirigentes nacionais do partido estavam cientes que a crise no estado repercutia negativamente em todo país. Na verdade, o vazamento das informações daquela fatídica reunião representou o começo do fim entre Vítor Buaiz e o PT. Segundo ele, isto significou uma tremenda irresponsabilidade e a total quebra de confiança.

Para complicar ainda mais a situação de Vítor no partido, o Diretório Regional estava totalmente dividido. Para a oposição petista no ES, Vítor não passava de um partidário do governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso e deveria ser expulso do partido, idéia ou desfecho que a Direção Nacional tentava contornar. Acerca da campanha pela expulsão de Vítor do partido, Rogério Medeiros afirma que na verdade, se trata de uma antiga luta interna do partido, luta pela sua hegemonia.⁸

Como se já não bastasse o clima tenso entre o governador e a bancada petista, logo no início de 1997, Vítor decidiu participar ativamente das conversações em torno da composição da chapa para a eleição da nova Mesa Diretora da Assembléia Legislativa. Vítor endossou a candidatura de José Carlos Gratz, do PFL, que havia trabalhado a favor de Cabo Camata. Segundo Vítor a razão desta decisão era clara: precisava de uma base estável de apoio na Assembléia e ele contava com Gratz para isto. Além desta razão, afirma Vítor, era necessário romper de vez com o engessamento que a esquerda petista lhe impunha, tendo em vista a continuidade de seu governo, e a necessidade de dar respostas à sociedade, pois fora legitimado no cargo pelo povo e não pelo PT. Era uma questão de cumprir o seu papel de governador, administrar de forma responsável e honrar a confiança nele depositada. Mas para a oposição petista este era um escândalo absoluto, um ato de delinqüência política que justificava a sua exclusão do partido.

Gratz retribuiu a confiança nele depositada por Vítor, prometendo que trabalharia com severidade e que trabalharia a favor da aprovação das propostas apresentadas por Vítor à Assembléia. Dentre estas propostas estava um projeto de redução de custos, que implicaria no corte de pessoal. De fato, um dia após a sua eleição, foi anunciado que o Programa de

Demissão Voluntária começaria em março. Pela proposta pretendia-se economizar R\$ 65 milhões com a folha de pagamentos do governo estadual.

Diante da recusa de Vítor em exonerar o secretário de Segurança, Gilson Gomes, nova reunião se segue em São Paulo na tentativa de “salvar”, tanto o PT capixaba quanto o governo Vítor Buaiz. A oposição capixaba esperava a expulsão imediata de Vítor do partido, mas a Direção Nacional tentou mais uma vez o caminho da conciliação, exigindo de Vítor uma administração com o partido e com maior participação popular, especialmente pelo fato de Vítor ter criado um Conselho Estadual em vista da reestruturação econômica, incluindo empresários acusados de relações estreitas com o regime militar e de ter excluído a participação popular.

Outro fator que debilitou ainda mais a já frágil relação do governador com o PT foi a eleição de lideranças nos 73 Diretórios Municipais, em vista da eleição do novo Diretório Regional, em julho de 1997. O interesse nestas articulações era grande de ambas as partes das facções em litígio, uma vez que o controle da liderança regional significava enorme poder de influência nos rumos futuros da sigla no estado. Neste sentido, houve reuniões e campanha para novas filiações. Vítor era apresentado como negação da história e da tradição do PT e aliado do PFL, PSDB, PTB, etc. Enfim, em 20 de julho, Iriny Lopes, da Opção de Esquerda, apoiada pela Força Socialista, pela Democracia Socialista e todo grupo de oposição a Vítor, foi eleita, derrotando o candidato Perly Cipriano, da Unidade na Luta, por apenas 4 votos de diferença, além de ganhar a maioria na composição do novo Diretório Regional..

Com a vitória da oposição, a situação de Vítor no partido ficou praticamente insustentável. Até mesmo os seus aliados na Assembléia começaram a reclamar da falta de resultados de seu governo. Agora, além da falta de apoio, Vítor ainda era refém dos setores dominantes no legislativo.

Por ocasião do XI Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, realizado no Rio de Janeiro, em 11 de agosto de 1997, Vítor cedeu: criticado e censurado pela Direção Nacional e sem apoio da Regional, apresentou o seu pedido de desligamento, apesar de a ala da esquerda do PT ter sido derrotada por José Dirceu da Unidade na Luta, na disputa pela Direção Nacional do partido.

Perguntado sobre esta decisão, disse estar arrependido por não ter tomado esta atitude um ano antes. Afirmou também, que a tomava consciente de sua responsabilidade em administrar o

estado, optando por seguir lutando por aquilo que acreditava que deveria ser feito, a continuar sendo petista. E conclui: “*Eu tinha condições de continuar tocando o governo sem o PT*”.⁹

Como era de se esperar, o seu desligamento do PT teve enorme repercussão na mídia nacional, gerando grande preocupação às lideranças nacionais do partido.

A saída de Vítor do PT provocou uma verdadeira debandada de militantes e lideranças em solidariedade a ele. Cerca de 50 pessoas solicitaram a desfiliação, entre as quais destacamos a dos Secretários de Educação e de Transportes, Robson Neves e Fernando Bettarello, respectivamente, o Diretor do Banestes, Waldir Toniato e o Presidente da Cesan, Cláudio Machado. Também alguns petistas do interior se desligaram do partido, como o prefeito de Conceição da Barra. Enfim, segundo dados do próprio Diretório Regional, de agosto até o final de 1977, cerca de 40% dos afiliados haviam deixado o partido.

Com Vítor fora do PT, as opiniões acerca dos rumos ou da linha que o partido deveria tomar ainda continuaram confusas. A experiência vivida pelo PT capixaba pode ser considerada uma derrota para o partido, mas significava também um alívio, como frisou a deputada Brice Bragato.

Vítor Buaiz, apesar de se mostrar reticente quanto ao ingresso em um novo partido, acabou se filiando ao Partido Verde, mas hoje não milita mais na política partidária. Os outros expetistas trataram de procurar abrigo em outros partidos como o PSDB, o PSB. Até o final de seu mandato, 31 de dezembro de 1998, a sua gestão e relação com a Assembléia continuaram nos mesmos moldes anteriores ao seu desligamento do PT, ou seja, contando com o apoio do grupo dominante.

Sem Vítor e seu grupo, o PT capixaba, apesar de se ver reduzido em 40% de seus filiados, se considerava agora mais puro. Porém, a constante associação feita entre o partido com o governador permaneceu como algo negativo. Além disso, para a opinião pública, a crise e a saída de Vítor do PT era culpa exclusiva do partido e não resultado de suas escolhas e alianças.

O governador Vítor Buaiz também saiu fragilizado deste desfecho da crise com o PT, razão porque decidiu não concorrer à reeleição. Encontrava-se sem partido e sem base partidária própria e confiável, como refém que era das representações dominantes na Assembléia Legislativa. Em situação semelhante encontrava-se o PT, igualmente fragilizado e sem nome significativo ou com inserção em todo o estado, para apresentar como candidato ao governo.

Nestas circunstâncias o PT apoiou o vice-governador Renato Casagrande, do PSB, que foi derrotado por José Ignácio Ferreira, do PSDB que, por sua vez, havia se aliado ao PFL.

O saldo das eleições de 1998 para o PT no Espírito Santo, quando o candidato Lula foi derrotado novamente ante a reeleição de Fernando Henrique Cardoso, foi a eleição de Cláudio Vereza, como único deputado estadual, e João Carlos Coser, como único deputado federal para atuarem na próxima legislatura.

Conclusões

É compreensível a fúria ideológica do PT contra o neoliberalismo, uma ideologia que legitima a sociedade burguesa contra as tendências socializantes, defende o mercado livre como expressão da liberdade humana, opõe-se às intervenções do Estado na economia e propugna a sua privatização, considera autoritário e retrógrado o intervencionismo do Estado no mercado, como prevê a ideologia socialista.

Um partido que como poucos cumpriu o seu papel de oposição, condição na qual surgiu, com certeza enfrenta entraves ou dificuldades de natureza burocrática para lidar com o aparelho administrativo, além das resistências internas para buscar uma política de alianças, bem como, a relação ambígua quanto aos conflitos entre os interesses políticos e as reivindicações salariais dos funcionários. Lutar pela manutenção de empregos é a posição correta de líderes sindicais, cuja função é defender os interesses de seus associados e não de dirigentes partidários e/ou membros do governo.

Assim sendo, também é difícil que um partido que está no governo consiga aplicar o seu programa de governo sem concessões e ajustes. Por isso, as críticas mais ácidas das esquerdas do PT se referirem ao não cumprimento do programa de governo elaborado democraticamente por representantes de todas as tendências, como plataforma de um possível governo petista e base para discussão de qualquer aliança eleitoral.

Esta não deixa de ser uma luta interna do PT, onde um grupo age mais em função das eleições, distanciando-se da base partidária e afastando as massas da militância, limitando inclusive a prática da participação democrática nas instâncias decisórias. O resultado tem sido uma constante luta entre as tendências pela hegemonia, dificultando inclusive a convivência democrática que, por vezes, tem resultado na desfiliação de alguns membros e formação de novos partidos.

Não é por acaso que críticos do PT como Rosenfield (2002) e também Azevedo (1995), entre outros, apontam uma série de dificuldades e contradições quando o partido é desafiado a praticar este discurso, não mais como oposição, mas no exercício do poder. Estas mesmas incongruências e dificuldades, percebemos na análise dos fatores e causas das tensões entre Vítor Buaiz e o PT, no Espírito Santo, tanto durante a sua administração na prefeitura de Vitória (1989-1992), quanto no governo do estado (1995-1998).

O que observamos é uma verdadeira guerra pela hegemonia entre as tendências majoritárias ou entre um bloco mais moderado e outro mais de esquerda. A hegemonia dentro do partido e na sociedade é a possibilidade de exercer o poder político e influenciar nos rumos do partido e ou da nação, bem como, tornar a sua ideologia apreensível pelo senso comum, algo como uma filosofia das massas. E, para isso, são muito tênues os limites entre a ética, o bom senso, o respeito e a agressão ou desmerecimento e desqualificação política e até moral do outro.

Além destas questões internas, as restrições impostas pelo partido às outras organizações partidárias implicam em resistências mútuas na hora de fazer alianças eleitorais mais amplas e consistentes, que lhe possam garantir uma base de apoio mais identificada com suas propostas.

Nestas circunstâncias os governantes petistas têm que viabilizar coalizões nas Assembléias e/ou Câmaras, em vista da estabilidade e governabilidade.

Como já pontuamos anteriormente, esta é uma realidade que tem dificultado ou comprometido a aplicação de programas e do “modo petista de governar”, bem como, frustrado expectativas da população e de militantes.

Neste contexto se insere o governo de Vítor Buaiz, eleito também pela expectativa de reconstrução econômica, ético-política, de inclusão e desenvolvimento social. Enquanto Vítor teve que buscar apoio na Assembléia em setores de centro e de direita, na tentativa de aprovar e implementar medidas julgadas necessárias, e para isso é necessário ceder, negociar e até rever prioridades, as lideranças e a bancada se sentiram traídas, acusando-o de inverter prioridades julgadas essenciais para um partido de esquerda e de desrespeitar ou negar o programa petista.

A conjuntura econômica e política local e nacional, as peculiaridades da economia de mercado, as exigências de credores e fiadores do governo Fernando Henrique Cardoso repercutiram também sobre o governador Vítor Buaiz, levando-o a fazer uma opção pela reforma do estado e a adotar uma política desestatizante, de enxugamento da máquina administrativa. Eram estas as circunstâncias conjunturais impostas.

Estes temas foram sempre objetos de crítica dos partidos de esquerda, como o PT, configurando temáticas de significados político e ideológico.

A esquerda petista considera, pois, que este não foi um governo do PT; sentiu-se traída, enquanto o governador se defende afirmando que as tendências contrárias à sua gestão não

sabem distinguir entre governar para a sociedade, com os outros partidos e numa conjuntura adversa, e governar para o PT com sua visão sindicalista e redutora.

Enquanto a presença das tendências no interior do partido deveria ser um diferencial, uma característica da prática democrática interna, tornou-se também fator de desestabilização, de divergências ideológicas e até pessoais, pois as diferenças entre Vítor Buaiz e a oposição do próprio PT foram exacerbadas.

Não nos restam dúvidas de que as questões ideológicas, tal como denunciadas e enfrentadas por Gramsci, por ocasião de suas críticas e desencontros, primeiro com o PSI (Partido Socialista Italiano) e, posteriormente também, com o PCI (Partido Comunista Italiano), contribuíram decisivamente para o que poderíamos chamar de colapso do PT no ES. Assim como na Itália, no tempo de Gramsci, encontramos no interior do PT, aqueles que têm uma visão mais estatizante, mais fechada às alianças e ao diálogo com outros partidos; encontramos, também, reformistas e outros mais abertos e identificados até com social-democracia. Estes perfis podem ser vistos, tanto no Espírito Santo quanto a nível nacional.

Os problemas enfrentados pelo PT, no Espírito Santo, foram, sem dúvida, influenciados e determinados pela conjuntura nacional e, em conseqüência, o partido não se fortaleceu e até perdeu filiados.

Destacamos dois fatores determinantes, dentre outros, para a crise e o rompimento entre o PT e o governador Vítor Buaiz: a luta interna entre as tendências pela hegemonia e, atrelada a esta primeira questão, as críticas às políticas, adotadas por Vítor Buaiz, consideradas neoliberais, culpadas de todas as desgraças sociais e econômicas.

Estes dois pontos, é óbvio, não desqualificam outras tantas críticas feitas por lideranças petistas como o centralismo, a ausência dos movimentos populares e de mais setores do próprio partido na administração, a demissão de funcionários, a nomeação de pessoas consideradas suspeitas ou impróprias para fazerem parte de um governo petista.

Foi uma crise que provocou conseqüências políticas danosas, tanto para o governador, que se retirou por completo da cena política, voltando ao exercício da medicina e do magistério na Universidade Federal do Espírito Santo, quanto para o Partido dos Trabalhadores e suas tendências, cujo impacto foi percebido com mais intensidade através do desempenho eleitoral do PT em 1998, no Espírito Santo, quando conseguiu eleger apenas um deputado estadual e um representante para a Câmara Federal.

Vale lembrar que, além do quase ostracismo a que Vítor Buaiz foi relegado, praticamente todo o seu grupo de apoio se dispersou, não o acompanhando na filiação ao pequeno e, então, quase inexpressivo Partido Verde. Aliás, alguns não só deixaram de acompanhá-lo, como deixaram visível o seu alto grau de fisiologismo, ao buscarem abrigo e até se filiarem em partidos duramente criticados pelo PT.

A dificuldade de um partido de perfil gramsciano concretizar as suas propostas, bem como a resistência dos grupos mais à esquerda em construir alianças, ampliar a sua visão para além do próprio partido, em vista da governabilidade e de se abrir para a realidade da globalização, entre outros, merecem, sem dúvida, estudo mais aprofundado.

O que não se pode negar é que o PT, com sua atuação, contribuiu significativamente para o constante processo de redemocratização do país.

NOTAS

¹ A história do partido, seu pensamento político, suas teses e debates internos são encontrados nos seus *Documentos Básicos* (1979-1981) e nas *Resoluções políticas* dos Encontros Nacionais de 1987, 1989 e 1990.

² Para Gramsci, a tomada do poder pela força é praticamente inviável nos países ocidentais. Assim, ele defende uma postura de paciência, de construção de alianças, pela conquista e ocupação de espaços, aliada à formação da consciência coletiva (batalha cultural) e um trabalho incessante dos intelectuais orgânicos (aí incluído o próprio partido), em vista da construção de um novo bloco histórico e do futuro consenso em torno das suas propostas.

³ Estas divergências são discutidas no 3º Encontro Estadual da Articulação. Vitória, 16 de abril de 1988.

⁴ Quadro das tendências elaborado especialmente a partir de Azevedo (1995) e Silva (1998).

⁵ Na concepção de Gramsci, o partido é o centro da rede social, um organismo de mediação e síntese, de hegemonia, dominação e luta, para formar a vontade coletiva. Neste sentido, o movimento comunitário, o jornal e até o sindicato pode ser considerado um partido ou expressão dele. Todos estes elementos estão, em síntese, em função da conquista do poder. Portanto, a busca da hegemonia na sociedade, entendida como um espaço de batalha cultural, material e simbólica, numa relação intensamente vivida e que resulta na hegemonia, por sua vez caracterizada pela dominação, aliada à direção, prevalecendo quem possui a força e o consenso, ou seja, capacidade de convencimento e aglutinação se aplica também ao partido.

⁶ Informação verbal. Cf. entrevista concedida ao autor em 01/12/2004.

⁷ Segundo Rogério Medeiros (informação verbal), dentre as informações que vazaram para a imprensa, e que deveriam ser sigilosas, de exclusivo interesse intra-partidário, estavam aquelas que tratavam de uma crítica/denúncia dele mesmo, na qual afirmava que a arrecadação da Receita Estadual não era maior devido à corrupção no setor.

⁸ Informação verbal. Cf. entrevista concedida ao autor, em 01/12/2004.

Referências

- AZEVEDO, C. B. de. *A estrela partida ao meio*. São Paulo: Entrelinhas, 1995.
- COUTINHO, C. N. *Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. p. 3-23.
- LENIN, V. I. *A doença infantil do comunismo*. Lisboa: Avante, 1975.
- PT NACIONAL alerta e dá ultimato a Vítor. *A Gazeta*, Vitória, Caderno de política, p. 2, 26 mar. 1997.
- PROJETO MEMÓRIA. *Resoluções de encontros e congressos, Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.
- PROJETO MEMÓRIA. Marco Aurélio Garcia (coord.). *Partido dos Trabalhadores: trajetórias*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- ROSENFELD, D. L. *PT na encruzilhada: social-democracia, demagogia ou revolução?* Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.
- SILVA, A. O. da. *Os partidos e organizações marxistas no Brasil (1987–1994): permanências e discontinuidades*. (Dissertação de mestrado). São Paulo: PUC, 1998.